



## **Comunicação em rede e novos agentes socializadores: recepção e práticas culturais no consumo de Internet em *lan-houses*<sup>1</sup>**

Cláudia Maria Moraes BREDARIOLI<sup>2</sup>  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Dentro do cenário formado pelo processo de globalização advindo da atualização das tecnologias, o acesso à Internet em locais públicos pagos (*lan-houses*) expõe um movimento que aparentemente começa a se constituir em novos caminhos na busca pela inserção econômica e social para jovens das periferias das grandes cidades brasileiras. Identificar de que maneira ou até qual ponto o fato de esses jovens frequentarem as *lan houses* dimensiona esse processo de inclusão é um dos desafios que a pesquisa em Comunicação enfrenta. Esses espaços têm se constituído em agentes socializadores que não contam com as mesmas características de uma estrutura organizada formalmente como ocorre com a escola, a família e a igreja – daí possibilitarem o surgimento de novas práticas culturais trazidas por esses suportes midiáticos contemporâneos que tomam novos espaços sociais urbanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; Internet; recepção; jovens; *lan-houses*.

Na sociedade contemporânea, as atuais tecnologias têm trazido mudanças para a cultura e para os cidadãos. Vão além daquilo que a chegada da televisão proporcionou – ao ligar pessoas e coisas distantes como se estivessem próximas. É neste contexto que este artigo pretende iluminar a questão das interferências trazidas pelas novas tecnologias enquanto suporte nas práticas sociais. Isso faz sentido porque “pela primeira vez são desafiadas (*as ciências sociais*) a pensar o mundo como uma sociedade global” (IANNI, 1994, p.147) e não mais sobre a sociedade nacional – base para a produção do pensamento científico até o fim do século XX.

Observado por diferentes pontos de vista, o movimento de proliferação das *lan-houses* está no cerne de questões que envolvem hoje a cultura, o consumo, a propaganda, o *marketing* e, principalmente, o trabalho. Enfim, todos os aspectos que de alguma forma contribuem para a organização econômica e política da sociedade. E, em busca do trabalho, de certa forma, busca-se também, por meio da ilusão da virtualidade das solidões interativas, a inserção. É o uso da tecnologia que trará o acesso a um emprego – e, conseqüentemente, ao consumo. Aqui destacamos o conceito-chave de Marx de que a “força de trabalho” é uma mercadoria e, por isso, meio de subsistência do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Comunicação e Culturas Urbanas do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, sob orientação da Profª. Dra. Maria Aparecida Baccega. Professora do curso de Jornalismo no Centro de Comunicações e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. email: claudiabreda@mackenzie.br



homem na sociedade, compreendendo que o trabalho tem papel central na construção da sociedade humana, inicialmente visando a sua reprodução social e, posteriormente, objetivando a valorização e a acumulação do capital (Antunes, 2004). E esse processo não passa incólume aos avanços tecnológicos.

Assim, se há poucos anos – especialmente no contexto do trabalho – quase não precisávamos estar disponíveis para sermos contatados pelo celular praticamente 24 horas por dia, nem tínhamos necessidade de consultar nossos *e-mails* constantemente (visto que atualmente essas mensagens já são consideradas como documentos, em alguns casos até para instâncias legais na formalização de processos), hoje essas práticas confundem-se com algo intrínseco à execução cotidiana de nossas atividades. Esse panorama tem trazido novos modos de estar junto para jovens que vivem distantes do centro das cidades, alterando as condições de convívio social e também as percepções acerca da vida, do consumo e das práticas midiáticas.

Desse modo, o presente estudo tenta olhar para uma apropriação bastante brasileira destes espaços. Tidas como locais para acesso rápido à Internet por transeuntes ou pessoas que estejam distantes de seus domicílios ou escritórios em países como os da Europa ou da América anglo-saxônica, as *lan-houses* nas periferias das grandes cidades brasileiras, diferentemente, constituem espaços sociais de convivência que para muitos são a única possibilidade de acesso ao mundo virtual.

Possivelmente vistas pela mídia como um caminho para a solução da questão da exclusão digital, as *lan-houses* estão também dentro do âmbito governamental da discussão sobre o tema, conforme aponta texto publicado pela área de comunicação do Comitê Gestor para a Internet no Brasil, que diz que “85% das *lan-houses* não são formalizadas por causa da legislação que não comporta a atividade”, ainda que haja esse objetivo, estipulado a partir de iniciativas de persuasão dos donos destes estabelecimentos para que tenham “mais responsabilidade social”: “a questão é unir a percepção comercial à ação social, desse modo, haverá uma convergência dos quatro pilares do Centro de Inclusão Digital: alimentação, entretenimento digital, acesso à Internet e ação social”, “as *lan-houses* devem ser tratadas com todo respeito devido ao grande papel que elas desempenham na inclusão digital em todo o país”, disseram as fontes consultadas para a matéria que tratava de uma reunião do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia para discutir a introdução das *lan-houses* no Mapa de Inclusão Digital (ibict.br, 2007, *on-line*). O Brasil (com uma população que supera os 180 milhões de habitantes) registra classificações míguas nos índices globais:



Longe de ser universalizado, o uso da internet ainda não é uma realidade para maioria da população. Conforme dados de uma pesquisa divulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas) neste mês, somente 21% dos brasileiros, ou 39 milhões de pessoas, estão conectados à web. Este universo, contudo, coloca o Brasil na 6ª população de usuários da internet no planeta. (*Valor Econômico*, 24 set. 2007)

Ainda que o Brasil esteja entre a sexta e a sétima posição dependendo do ano da coleta de dados ou do instituto que realizou o levantamento, há que se considerar que a população total brasileira corresponde a mais que o dobro do número de habitantes de países que têm mais internautas. Daí contarmos com apenas 21% dos brasileiros conectados à Internet. Mas talvez a maior mazela esteja em reconhecermos que, mesmo com baixa parcela da população conectada à rede, necessitamos (impreterivelmente) de recursos como as *lan-houses* para manter esses índices, ou eles seriam ainda menores: “30,1% dos internautas utilizam centro público de acesso pago (LAN house e cibercafés), enquanto 3,49% acessam centro público de acesso gratuito (telecentros), informou pesquisa do Cetic.br, publicada em 2007” (*Folha de S. Paulo*, 21 set. 2007).

É sustentado a partir do cenário constituído pelo processo de globalização advindo da atualização das tecnologias que o acesso à Internet em locais públicos pagos (*lan-houses*) expõe um movimento que aparentemente começa a se constituir em novos caminhos na busca pela inserção econômica e social para jovens das periferias das grandes cidades brasileiras.

Em certo aspecto, vemos que o processo de proliferação dessas *lan-houses* faz sentido por reproduzir neste microcosmo exatamente a proposta básica que move nossa atual sociedade global: a de atender a uma demanda com oferta que permita a realização de lucro sobre o consumo. Desse modo, quem é dono de *lan-house* na periferia, em geral, conseguiria ganhos superiores à média salarial que possivelmente recebia antes de tornar-se proprietário e/ou conquistaria um ganha pão, se estivesse desempregado. Já os que freqüentam esses locais têm ali o vislumbamento da possibilidade de inserção, de contato com uma tecnologia necessária para a participação no mundo do trabalho (e, portanto, ao acesso à renda) sendo que, na periferia, há ainda a questão da socialização.

Emprega-se, assim, o paradoxo de que, justamente seguindo o caminho pregado pelo modelo capitalista, surge a possibilidade de os cidadãos em condições socioeconômicas menos favorecidas parecerem querer forçar sua inclusão por meio de caminhos que passam pelas novas tecnologias – ainda que não tenham consciência da importância política de movimentos assim. Trata-se, talvez, de um reposicionamento



dos jovens dentro das comunidades (bem como de suas identidades, no sentido apresentado por Hall) – sem que haja, porém, a busca de qualquer resgate de identidade dessas comunidades, mas sim a reprodução daquilo que é consumido midiaticamente pelas classes socioeconômicas mais altas. Segundo Moraes,

não adianta pôr em relevo a televisão segmentada e os *downloads* de filmes na *web*, ignorando-se que grande parte da avalanche imagética tem procedência e eixo de poder definidos: as produções de Hollywood detêm 85% do mercado cinematográfico global; e 77% das programações televisivas da América Latina provêm de conglomerados norte-americanos. (MORAES, 2006, p. 46)

É claro que a dimensão do uso que se fará dessa tecnologia e desses espaços varia conforme a capacidade e a necessidade daqueles que os utilizam, como veremos mais adiante. Mas, de certo modo, a expansão da ocorrência desses microcosmos locais (conforme Bauman, 1999) pelas periferias das grandes cidades brasileiras reflete diretamente o movimento que se percebe atualmente na sociedade capitalista global sem deixar de lado as manifestações locais. Exige novos comportamentos dos cidadãos e consumidores (no sentido apresentado por García Canclini, 2006), trazendo novas configurações aos conceitos de tempo e espaço. Um tempo que pede uma velocidade cada vez maior e um espaço que se amplia cada vez mais – mas que buscam cidadãos que ainda vivem em outras proporções de tempo e espaço e, de alguma forma, tentam adequar-se ao tempo e ao espaço das novas tecnologias de informação e comunicação. De acordo com Octavio Ianni (1995), ocorre que as gentes, as idéias e as coisas se deslocam, se adaptam e se recriam a partir dessas novas condições de tempo e espaço impostas pelas mudanças na sociedade, engendradas pelos modos como são apropriadas a cada novo cenário que se constrói para além do intercâmbio entre o global e o local.

Assim, dentro das dimensões culturais da globalização, há novas maneiras de agir que são amostras da penetração da tecnologia, segundo Appadurai (2004), sendo que o mundo passa a se caracterizar por um novo papel da imaginação da vida social, na qual os grupos já não são rigorosamente territorializados. E é a partir deste ponto que acreditamos ser preciso abordar a produção comunicacional de nosso tempo como produto desse tempo, contextualizada na sociedade brasileira com todas as tramas e fios que norteiam seu estado, conforme defende Baccaga (2004). Trata-se, assim, de uma sociedade que deve ser entendida no seu contexto atual (global e neoliberal).

É este contexto que precisa ser compreendido, segundo Castells (2003b), no âmbito de uma sociedade em rede. Por isso destacamos que quem tem intenção de mover-se socialmente – seja para ascensão socioeconômica, para galgar posições



políticas ou para ter voz contra qualquer arbitrariedade –, hoje, necessita conhecer (no sentido do conhecimento e não apenas da informação<sup>3</sup>) profundamente essa sociedade em rede. E isso tudo é novo, tanto nosso modo de produzir, como de nos comunicar e de viver.

Vale lembrar que a sociedade em rede, para Castells, é anterior à Internet. Segundo ele, a internacionalização do capital e as telecomunicações já estavam criando essa sociedade. É a partir dessa perspectiva que ele avalia que “o uso da Internet está se difundindo rapidamente, mas essa difusão segue um padrão espacial que fragmenta sua geografia segundo riqueza, tecnologia e poder: é a nova geografia do desenvolvimento” (CASTELLS, 2003a, p. 174), que acompanha a geografia do capital. O ponto chave de todas essas transformações, contudo, também é apontado pelo sociólogo catalão, que determina a mudança da referência de tempo e espaço nessa nova era como a questão primordial para tantas conseqüências dela advindas:

Tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica. Contudo, o perfil real dessa transformação é profundamente diverso das prudentes extrapolações do determinismo tecnológico. (...) O objetivo desse itinerário intelectual é desenhar o perfil deste novo processo espacial predominantemente de poder e função em nossas sociedades. (CASTELLS, 2003b, p. 467-8)

É a partir dessa perspectiva – que desconsidera o determinismo tecnológico e aponta a comunicação como um dos eixos motrizes da sociedade contemporânea – que levantamos, com base nas idéias de Martín-Barbero, a importância da compreensão desse movimento diante das práticas sociais, local em que, de fato, se estabelecem as mudanças, a partir da produção de sentido inerente ao cotidiano:

Dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades. (...) O que a revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não é tanto uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas, sim, um novo modo de relação entre os processo simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento numa força produtiva direta. (MARTÍN-BARBERO in MORAES, 2003, p. 54)

E o próprio Martín-Barbero, em outro estudo, completa:

---

<sup>3</sup> Ver BOSI, Ecléa. “Entre a opinião e o estereótipo”. In \_\_\_\_\_ **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



O que as novas tecnologias põem a descoberto pareceria ser o descompasso entre a nova era “da informação” – resultado da revolução eletrônica – e a velha organização social e política ainda modelada sobre os restos da revolução industrial. Nós nos achamos, por conseguinte, ante a crise última do modelo político liberal e de seus dois dispositivos-chave: o Estado nacional e o espaço público não dedutível dos interesses privados nem redutível a eles. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 201)

Esta questão considera a inserção de novas tecnologias na sociedade a partir das classes dominantes, com posterior aumento de participação em outros âmbitos sociais, conforme o acesso a eles vá se tornando mais barato, ainda que regulado pelos limites do mercado.

Esse caráter complementa as novas construções de identidade, novos *sensoriums* (no sentido apresentado por Benjamin), que se formam a partir dessa realidade modificada tecnologicamente e impingem, por meio de também novas mediações digitais, outros meios de ser e estar na sociedade, conforme Martín-Barbero:

Essa reconfiguração encontra seu mais decisivo cenário na formação de um novo *sensorium*: frente à dispersão e à imagem múltipla que, segundo W. Benjamin, conectavam “as modificações do aparelho perceptivo do transeunte no tráfego da grande cidade”, do tempo de Baudelaire, com a experiência do espectador de cinema, os dispositivos que agora conectam a estrutura comunicativa da televisão com as chaves que ordenam a nova cidade são outros: a fragmentação e o fluxo. (MARTÍN-BARBERO, 1998, p.64)

É possível transportar essa idéia desenvolvida acerca da televisão para a lógica da sociedade em rede multiconectada que trás, especialmente por meio do uso do computador, o acesso às novas mídias digitais. Há pouco restrito às classes socioeconômicas privilegiadas, esse mundo digital começa a chegar aos que têm menor poder aquisitivo de formas outras (que não somente o individual, dentro das casas de cada um). Dentre outros fatores, isso decorre do processo de ‘tecnificação’ social que impõe a todos a necessidade de participar da inserção tecnológica seja por qual meio for, já que se altera o cotidiano social, quase não sendo mais possível realizar tarefas rotineiras – como pagar contas, por exemplo – sem envolver-se com a tecnologia. Daí o novo *sensorium*, que impinge novas maneiras de se mover no mundo e, principalmente, de sobreviver no mundo.

Mais do que estabelecer novas relações de trabalho, têm surgido novas formas de trabalhar e estudar na sociedade em rede, novos modos de relacionar-se que exigem, ao mesmo tempo, novos tipos de organização do trabalho, da escola e da sociedade, enfim, que se reestruturam a partir das mudanças trazidas pela convergência tecnológica. Contudo, essa “evolução” ainda está em processo e, provavelmente,



quando alcançarmos seu ponto “ideal”, talvez uma nova realidade tecnológica esteja em jogo exigindo mais e mais adaptações. Ou, se considerarmos a expectativa de CROVI DRUETTA (2002), “pensar y esperar que, pasado el éxtasis inicial que provocan las NTIC en la vida cotidiana, los jóvenes serán capaces de tomar la distancia suficiente para proponer los límites que contendrán a la convergencia y construir los canales que les permitirán sacarle el mejor provecho”<sup>4</sup>.

Esses novos modos de estar juntos e essa formação de um novo *sensorium*, como dissemos, ocorrem a partir do momento em que o meio de comunicação permite às pessoas experimentarem novas sensibilidades e sentidos. Da mesma forma que a Internet “aproxima” virtualmente as pessoas, ela os separa fisicamente. Os indivíduos inseridos tecnologicamente têm outras maneiras de se encontrarem – que diferem das do passado. Hoje em dia as pessoas se encontram e até se apaixonam pela Internet (*sites* de relacionamento, MSN, Skype, etc.), não enviam mais cartas, enviam *e-mails* (FREIRE in SILVA, 2003).

A cibercultura tem permitido a construção dessas novas sensibilidades. As novas tecnologias trazem alterações nos processos receptivos dos indivíduos, mudando a percepção sensorial da sociedade. Novas questões levantam-se a partir desse novo *sensorium* e, na dialética do real e do virtual, desabrocham interfaces, interatividade, polifonia, colaboração e as novas autorias.

### **Mediações e agente socializadores**

Dessa possibilidade de inserção vislumbrada por meio da tecnologia nasce a aproximação a um grupo, a outros jovens que de certo modo objetivam a mesma inclusão. Assim, podemos considerar essas *lan-houses* também como agentes socializadores (da mesma forma que a mídia, a escola, a igreja ou a família) no sentido de que contribuem para a construção de identidade desses jovens, tornando-se parte inerente de seus cotidianos. Neste aspecto vale destacar que ocorre a constituição de um novo cotidiano, no qual um jovem de periferia passa todo o fim de semana e até mesmo dorme em uma *lan-house* com a convivência da família que, afinal, considera que ele esteja em um local “seguro” (*Folha de S. Paulo*, 21 set. 2007).

---

<sup>4</sup> Tradução livre da autora: “pensar e esperar que, passado o êxtase inicial que provocam as NTIC na vida cotidiana, os jovens serão capazes de tomar distância suficiente para propor limites que contenham a convergência e construir os canais que lhes permitirão tirar melhor proveito”.





Assim, identificar de que maneira ou até qual ponto o fato de esses jovens freqüentarem as *lan-houses* dimensiona esse processo de inclusão é um dos desafios que temos pela frente na pesquisa em Comunicação. Mais do que isso, destacamos a importância de olhar mais de perto para esse novo agente socializador que se soma aos demais na formação dos atuais cidadãos, e sobre o qual se sabe muito pouco. Daí o porquê de a pesquisa em Comunicação precisar compreendê-lo. Trata-se, sim, de um agente socializador, porém, que não conta com as mesmas características de uma estrutura organizada formalmente como ocorre com a escola, a família e a igreja.

Isso porque, ainda que surja e se desenvolva dentro da ordem do capitalismo global – reproduzindo, assim, os processos de produção midiática tradicionais – esse movimento de proliferação das *lan-houses* nas periferias traz consigo um forte componente local e, por consequência, cultural, de maneira que sua ordem, de fato, só é estabelecida se houver também a participação dos que estão diretamente envolvidos com a constituição desses espaços. Não se trata, desse modo, de um processo imposto, como ocorre na escola, na família e na igreja.

Assim, de alguma forma, o acesso público à Internet tem trazido a construção de novas redes sociais em torno de uma rede virtual, num cenário em que a proliferação de *lan-houses* por todo o Brasil tem papel preponderante. Esse processo, aliás, replica-se de maneira bastante similar em outros países latino-americanos como Argentina e Peru, nos quais o acesso público também é bastante alto como no Brasil, expondo ainda mais as questões culturais no ínterim dessas novas relações.

Fica claro, porém, que muitas vezes os excluídos digitais não têm a clareza de que essas ações cotidianas (que eles não realizam na rede possivelmente por não as realizarem de qualquer outro modo) ratificam sua condição. Se não têm conta em banco, não precisarão dominar a tecnologia para movimentar seu salário. Se não estão inseridos no mercado de trabalho, se não têm dinheiro para comprar produtos pela rede, se a escola não exige que naveguem para além do Orkut, por que, afinal, o fariam? O excluído digital (e trataremos disso com mais detalhes) é, portanto, o indivíduo que não dispõe de recursos materiais nem tampouco de conhecimentos para acessar, interagir, se apropriar e produzir conteúdos utilizando os recursos disponíveis na rede. “As limitações que definem o excluído digital não são apenas econômicas, mas podem ser sociais, como idade ou sexo, físicas, como deficiências e necessidades especiais, ou ainda culturais, como a religiosidade, entre outros” (BALBONI, 2007). É interessante pensarmos nessa questão a partir do que afirma Castells:



A Internet é de fato uma tecnologia da liberdade – mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor. Nesse sentido geral, a sociedade não mudou muito. Mas nossas vidas não são determinadas por verdades transcendentais, e sim pelos modos concretos como vivemos, trabalhamos, prosperamos, sofremos e sonhamos. Assim, para agirmos sobre nós mesmos, individual e coletivamente, para sermos capazes de utilizar as maravilhas da tecnologia que criamos, encontrar sentido em nossas vidas, melhorar a sociedade e respeitar a natureza, precisamos situar nossa ação no contexto específico de dominação e libertação em que vivemos: a sociedade de rede, construída em torno das redes de comunicação da Internet. (CASTELLS, 2003a, p.225)

Atingir essa libertação de que fala Castells, contudo, exige capacidade de apropriação da tecnologia que envolve o poder de articulação para uma narrativa multimidiática e interativa que está além do simples domínio da tecnologia, ou seja, requer uma alfabetização digital, segundo Amaral:

O potencial de certa forma emancipatório das tecnologias já foi retratado em outros momentos por autores como Walter Benjamin, por exemplo, quanto este considerava que a técnica em si mesma não é capaz de aprisionar e só é repressiva quando serve ao mito do progresso linear e evolutivo. Mais recentemente, esta questão é retomada por autores como Pierre Lévy (1999) em afirmações tais como: “Nem a salvação, nem a perdição residem na técnica”. Essas considerações reforçam a idéia de que é impossível falar das tecnologias sem relacioná-las com o meio social e com as ideologias que o constituem, pois, nas palavras de Lévy, “as tecnologias não determinam, mas condicionam as mudanças na medida em que criam condições para que elas ocorram”. (AMARAL in SILVA, 2003, p.109)

Essas diferentes apropriações do conteúdo da Internet, desveladas por meio de níveis também diferentes de alfabetização (não só digital), puderam ser observadas por nós em uma pesquisa em campo realizada no âmbito da disciplina de Estudos de Recepção (dentro do programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM), no primeiro semestre de 2006, na qual traçamos um retrato que aponta para a identificação de uma capacidade bem maior – tanto de uso quanto de crítica – dos universitários de classes mais altas na sua relação com a Internet, a partir de diferentes interesses e sinapses apresentados. Como veremos nos capítulos a seguir, essas impressões puderam ser comprovadas também por meio da pesquisa de campo realizada para este estudo.

Um dos fatores que interferem nesse contexto observado é, provavelmente, que isso se deva ao fato de essa geração ter estado exposta à rede mundial de computadores praticamente ao longo de toda a vida, no caso dos mais ricos, ou, ao contrário, de começar a ter acesso agora a essa tecnologia (especialmente por meio da universidade, ou pela inserção no mundo do trabalho), no caso dos mais pobres. Um ponto comum verificado dentre os estudantes foi o fato de quase todos acessarem à Internet todos os



dias e terem contato com a rede tanto em casa quanto na escola ou no trabalho, independentemente do nível socioeconômico ao qual pertenciam. Os alunos de classes sociais mais altas, contudo, demonstraram maior domínio sobre o uso da tecnologia, bem como diversidade na apreensão de suas aplicações, principalmente em relação à navegação em *sites* especializados, de pesquisa ou relacionados a preferências pessoais – muitos dos quais incluem interatividade por meio da rede. Os alunos de nível socioeconômico mais baixo optaram por navegar por *sites* bastante conhecidos, situados em torno do ‘lugar comum’ dentro do que se trata de escolhas de *sites* na rede. Sendo que todos têm como predominância o caráter noticioso e pressupõem uma “navegação passiva” (sem a possibilidade de participação do usuário).

Essas percepções, ainda que de pouca relevância quantitativa, apontaram para outro fator essencial na análise dos diferentes comportamentos: o histórico de vida desses jovens, que nas classes mais altas possivelmente puderam estudar em escolas melhores, viajar ao exterior, etc. Aqui destacamos a questão do capital social ou cultural (conceituada por Bourdieu) como determinante na apropriação que se faz dessa tecnologia em contraponto ao determinismo tecnológico, conforme pontua Setton:

Para Bourdieu capital cultural é um conceito que explicita um novo tipo de capital, um novo recurso social, fonte de distinção e poder em sociedades em que a posse deste recurso é privilégio de poucos (Bourdieu, 1996a). Refere-se a um conjunto de estratégias, valores e disposições promovidos principalmente pela família, pela escola e demais agentes da educação, que predispõe os indivíduos à uma atitude dócil e de reconhecimento frente as práticas educativas. (...) Bourdieu não desconsidera a existência dos grupos populares na disputa pela cultura legítima. O que afirma é que as diferenças de acesso e de aquisição à cultura entre os grupos sociais confere aos mais privilegiados um poder real e simbólico que os habilita a ter as melhores performances escolares. (SETTON, 2005, p.68-9)

Diante do conceito desenvolvido por Bourdieu, Setton empreende um estudo no qual amplia e atualiza essa questão, dando lugar também a outra ordem de estratégias e/ou práticas culturais que demonstram uma abertura frente ao aprendizado informal/formal difundido por instâncias ainda não consagradas como legítimas. Isso envolve a idéia de que a leitura de jornais e revistas, a assistência interessada a uma programação televisiva informativa, a audiência a entrevistas com especialistas, ou viagens pela Internet (entre outras possibilidades) podem servir também como estratégias de adquirir e ter acesso aos bens da cultura e do conhecimento. “De uma certa forma o que proponho é considerar uma outra maneira de conceber o conceito de capital cultural. Ou seja, a proposta é ampliar seu entendimento, mas garantindo o sentido que o qualifica enquanto recurso, como um novo elemento de poder e



diferenciação social” (SETTON, 2003, *on-line*). Neste contexto, ela salienta em seu estudo que uma pré-disposição à aquisição de um conhecimento geral e midiático pôde possibilitar a alguns indivíduos – na falta ou na complementação de uma bagagem estruturada e oferecida oficialmente pelas instituições competentes – fazerem uso destas informações como um recurso distintivo. E talvez aqui haja uma esperança, numa relação com a proposta de libertação que a Internet pode trazer da qual falamos anteriormente:

Abrindo espaço para o contato com outras vivências e competências, a difusão de mensagens propiciada pela mídia pode estimular o aprendizado de novos saberes contribuindo para a aquisição de uma outra forma de capital cultural. Este não mais visto segundo a conceituação tradicional de Bourdieu (1979,1998), uma herança específica e objetivada em diplomas e práticas culturais legitimadas, mas um conhecimento, um capital não escolar, um recurso mais amplo, pulverizado, heterogêneo, não obstante, um recurso que predispõe e potencializa o indivíduo a enfrentar novos desafios e vencer os limites de uma experiência estreita relativa a um universo familiar e escolar. É possível assim pensar um capital cultural com outra significação, um capital cultural dos desfavorecidos apreendido informalmente em heterogêneas experiências, em vários espaços do convívio social, notadamente no contato com informações disponibilizadas pelos meios de comunicação de massa. (SETTON, 2003, *on-line*)

Outra pesquisa, realizada na Universidade de Michigan, atualiza o conceito de capital social diante das novas tecnologias, especialmente a Internet, mostrando que o acesso à rede tem sido relacionado tanto à ampliação quanto à redução desse capital, mais do que isso, parte da premissa de que os hábitos de relacionamento em rede (que envolvem organizar listas, montar um diretório de fotos, ou ser capaz de realizar buscas) também interfere na própria constituição desse capital social:

The Internet has been linked both to increases and decreases in social capital. Nie (2001), for example, argued that Internet use detracts from face-to-face time with others, which might diminish an individual's social capital. However, this perspective has received strong criticism (Bargh & McKenna, 2004). Recently, researchers have emphasized the importance of Internet-based linkages for the formation of weak ties, which serve as the foundation of bridging social capital. Because online relationships may be supported by technologies like distribution lists, photo directories, and search capabilities (Resnick, 2001), it is possible that new forms of social capital and relationship building will occur in online social network sites. Bridging social capital might be augmented by such sites, which support loose social ties, allowing users to create and maintain larger, diffuse networks of relationships from which they could potentially draw resources (Donath & boyd, 2004; Resnick, 2001; Wellman et al., 2001). Donath and Boyd (2004) hypothesize that SNSs could greatly increase the weak ties one could form and maintain, because the technology is well-suited to maintaining such ties cheaply and easily. (ELLISON, STEINFELD, LAMPE, 2007, *on-line*)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Tradução livre da autora: “A Internet tem sido relacionada tanto aos aumentos como reduções no capital social. Nie (2001), por exemplo, argumenta que o uso da Internet deprecia o tempo que se passa cara-a-cara com os outros, o que pode diminuir o capital social de um indivíduo. Entretanto, esta perspectiva tem recebido fortes críticas (Bargh &



Porém, a despeito do que propõe Setton, naquele nosso breve estudo infelizmente ficou clara a participação dessa mediação social (socioeconômica) desde o recorte dado à pesquisa, uma vez que a mesma foi propositalmente aplicada a classes sociais diferentes, visto que a classe social a que o receptor pertence facilita ou impede sua interação variada com diversas atividades culturais e meios de informação. Daí começarmos a pensar em um conceito que amplie a idéia do capital social para as novas tecnologias, que tratamos como capital digital.

A idéia da formação desse capital digital tem como base a condição de que a cultura, como citado acima, atua também como mediação, exercendo, portanto, uma ação profunda no processo de recepção. Essa ação dos referentes culturais sobre a re-elaboração dos conteúdos comunicativos ficou evidente no levantamento realizado. E, ampliando este conceito, Lopes diz que:

A recepção é um processo e não um momento, isto é, ela antecede o ato de usar um Meio e prossegue a ele. Assim, o sentido primeiro apropriado pelo receptor é por este levado a outros “cenários” em que costumeiramente atua (grupos de participação). Imagina-se então que uma mensagem de telenovela, por exemplo, deva ser reapropriada várias vezes e que, portanto, o processo de circulação de uma telenovela deve ser incorporado ao efeito de sentido que ela produz. (LOPES, 1998, p.44)

Martín-Barbero compartilha dessa mesma perspectiva que, aliás, é seu ponto de partida para o estudo das mediações. Segundo ele, “(...) a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de um outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação” (MARTÍN-BARBERO in SOUZA, 1995, p. 40). Para o autor, isto significa uma pesquisa de recepção que irrompa com o modelo mecânico, segundo a qual prevalecem as intenções do emissor e concebe o receptor apenas como ser passivo. Da mesma forma, de acordo com o que foi explanado, podemos afirmar que a recepção de Internet – objeto central deste trabalho – extrapola o momento de estar

---

McKenna, 2004). Recentemente, pesquisadores vêm enfatizando a importância das ligações baseadas na Internet na formação de laços fracos, que servem como fundação para suprir capital social. Uma vez que os relacionamentos on-line têm de ser baseados em tecnologias como listas de distribuição, diretórios de fotos e ferramentas de busca (Resnick, 2001), é provável que novas formas de capital social e construções de relacionamentos ocorrerão em *sites* de relacionamento *on-line*. A construção do capital social pode ser incrementada por esse tipo de locais, que comportam perda de laços sociais, permitindo aos usuários criar e manter redes maiores e difusas de relacionamentos das quais eles podem potencialmente retirar recursos (Donath & Boyd, 2004; Resnick, 2001; Wellman et al., 2001). Donath e Boyd (2004) trabalham com a hipótese de que SNSs podem aumentar significativamente os laços frágeis que se pode formar e manter, porque a tecnologia comporta a manutenção desse tipo de laço com facilidade e de forma não dispendiosa”.



diante da máquina e, dentro do espaço da *lan-house*, ganha mais um contexto de inserção.

Ainda sobre a mediação tecnológica, voltamos ao tema da exclusão digital, apontada agora sob o olhar do acesso aos equipamentos: o grande número de pessoas, principalmente em países periféricos como o Brasil, sem acesso à rede. Também entra a questão das pessoas que não têm experiência/habilidade com o computador e com a Internet. Há ainda a questão das tecnologias diversas usadas nos vários *sites*: por vezes certos usuários podem não conseguir visualizar alguns itens do *site* – ou mesmo não conseguem nem abrir o próprio *site* – devido à ausência de determinado aplicativo instalado no computador. Por exemplo, determinados *sites* requerem a versão mais atualizada do *software* Flash Player instalada no computador, ou necessitam o ActiveX, outro *software*, caso contrário o *site* “não abre”. Frequentemente também ocorrem problemas para abrir arquivos de vídeo, pelo fato de haver muitos formatos disponíveis (ex: wav, avi, wmv, etc.) e não compatíveis com qualquer programa.

Daí tirarmos que navegar pela rede mundial de computadores demanda posturas diferentes das que se têm diante das outras mídias, há ampliação do aspecto da recepção, pela possibilidade de interação imediata muitas vezes sem intermediação humana, pelo individualismo desse processo. Há um querer que envolve os mais diversos fatores. Não basta apenas folhear uma revista, ou sentar-se à frente da TV e habituar-se a seu novo conteúdo imagético – como ocorreu a partir do surgimento dessa tecnologia. Há que se avaliar ainda que não basta uma ‘sessão’ para o aprendizado do uso da rede mundial de computadores – porque ela, por si só, tenta exigir dos internautas a atualização constante e veloz no consumo de produtos e serviços (propondo que quem não possui uma máquina nova com potente conexão não poderá ter acesso às séries de arquivos que podem ser ‘baixados’), já que é preciso contar com uma série de aparatos – como câmeras, caixas de som, microfones, placas, etc. – para alcançar a amplitude da comunicação que essa tecnologia poderia oferecer. E esse processo contínuo, aparentemente infundável, pouco participa da contribuição a que essa tecnologia aparentemente se propõe – bem como todas as conexões por ela vendidas – diante das relações humanas, acerca das solidões interativas. Temos, portanto, que, além da exclusão econômica, a Internet tem trazido também uma nova ruptura social, se avaliada sob o enfoque do uso que se faz dela e da necessidade de alfabetização digital que ela cria. Mas precisamos ainda pensar na questão das mudanças de conteúdo que podem advir das mudanças na forma. Talvez isso nos permita pensar que a tecnologia



pode também ser vista como um meio rumo ao desenvolvimento e, quem sabe, a um mundo melhor. Como pontua Baccega:

Cidadania e tecnologia não se dissociam. A inclusão digital, concebida como práxis de cidadania, resulta dessa conjunção experimentada a partir de uma visão de totalidade. Habilidade indispensável, o domínio dos aparelhos constitui-se apenas em parcela dessa inclusão digital. (BACCEGA, 2007, p.2)

Por isso, avaliamos que, apesar das diversas assertivas acerca da exclusão digital, é inegável o papel das novas tecnologias no mundo contemporâneo. Seja ele para compor e ratificar os mecanismos de poder globais – especialmente o econômico – e/ou possibilitar brechas para uma atuação paralela. E, dentro do microcosmo por nós estudado, percebemos, a partir dos conceitos apresentados, que as *lan-houses* têm, sim, se apropriado do papel de agentes socializadores nas periferias, considerando que por diversos aspectos modificam as práticas cotidianas dos sujeitos. Talvez ainda possam vir a ser vistas como um espaço que nos possibilite perceber novas apropriações da tecnologia pelos cidadãos. Para isso, contudo, há que se considerar um aspecto peculiar desse agente socializador: assim como a tecnicidade da sociedade em rede que o criou, ele não pode abrir mão de seu funcionamento em rede, atrelado a outros agentes sociais – especialmente a mídia, a escola e a família.

Esses novos espaços trazem transformações nas práticas cotidianas e na percepção sensorial dos jovens, mas essas mudanças estão mais próximas de atividades que preencham uma necessidade criada pelo próprio surgimento da tecnologia. Evidentemente há um papel social nisso. E, enquanto lócus de sociabilidade, as *lan-houses* permitem retomar a troca de olhares, cheiros, conversas e paixões. Retomando Sherry Turkle (1995), é especialmente o fato de as pessoas saberem que encontrarão na Internet (e podemos dizer que também na *lan-house*) um interlocutor que as move em direção a esse espaço. E talvez a força deste movimento ainda não tenha sido bem compreendida e, conseqüentemente, bem apropriada enquanto agente socializador.

Vemos, assim, que as *lan-houses*, enquanto agentes socializadores globais, cumprem em grande parte a função de manter o distanciamento, dando a impressão de inserção enquanto mantêm as pessoas em seus “guetos”, geograficamente longe do centro da cidade e circunscritas por um cotidiano que – se não for por meio do trabalho, em alguns casos – pouco permite aos jovens terem acesso a fluxos e informações diferentes dos pautados pela mídia. De forma que o aspecto local desses espaços – onde de fato estaria a proporção “libertadora” do uso dessas novas tecnologias –, acaba subjugado ao global. E, conforme Milton Santos, “o que globaliza separa, é o local que





permite a união”, é essa sobreposição do global em relação ao local que reforça o fosso do distanciamento entre os internautas funcionais e os sujeitos que navegam pela Internet aptos a fazerem dela um meio alternativo de atuação, se apropriando da tecnologia em busca de novas brechas (Martín-Barbero, 2003). Reforça-se a idéia de que as possibilidades de usar os computadores pobremente são consideravelmente maiores do que as chances de aproveitá-los bem (Turkle, 1995), em especial se olharmos para esse cenário a partir da condição brasileira de país periférico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, Maria Aparecida. Tecnologia e comunicação: produção e recepção por sujeitos contemporâneos. In: **Seminário Comunicação e Trabalho: pluridisciplinaridade, interfaces e mediações**, São Paulo, Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 23 e 24 ago. 2007.

BACCEGA, Maria Aparecida. Tecnologia e construção da cidadania. **Comunicação & Educação**. nº 27. mai/ago de 2003. Disponível em <[www.eca.usp.br/departam/cca/cultext/comueduc/apresenta/artigo27.htm](http://www.eca.usp.br/departam/cca/cultext/comueduc/apresenta/artigo27.htm)> Acesso em 15 de outubro de 2004.

CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana** – comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet** – reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.

CROVI DRUETTA, Delia. Convergencia tecnológica, juventud e trabajo. **2001 efectos del globalismo y pluralismo**. Montreal: Gricis, 24-27 abr. 2002.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**. v.1 Tecnologia, globalização e governabilidade. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.dowbor.org/artigos.asp>. Acesso em: 16 nov. 2007.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Pesquisas de recepção e educação para os meios. **Comunicação & Educação**. São Paulo, nº 6, maio/ago 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Cidade virtual: novos cenários da comunicação. **Comunicação & Educação** n.11, jan/abr, 1998.

MARTÍN-BARBERO. **Ofício de cartógrafo** – travessias latino-americanas da comunicação e da cultura. São Paulo: Loyola, 2004.





MORAES, Dênis de (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A educação popular no Brasil a partir da cultura de massa: uma abordagem sociológica. In: FÍGARO, Roseli (org.). **Gestão da Comunicação** – no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito**, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TURKLE, Sherry. **Life on the screen** – identity in the age of the Internet. New York, US: Simon & Schuster, 1995.